



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Prêmios e Apostas
Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização
Coordenação-Geral de Fiscalização de Apostas

Nota Informativa SEI nº 567/2025/MF

INTERESSADO(S): Senador Dr. Hiran - CPIBETS

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 393/2025 CPIBETS

QUESTÃO RELEVANTE:

1. A Comissão Parlamentar de Inquérito das BETS - CPIBETS, por meio de seu Presidente Senador Dr. Hiran, encaminhou à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda o Requerimento nº 393/2025 CPIBETS (49308772), por meio do Ofício nº 127/2025-CPIBETS (49308830).
2. No Requerimento, cita-se uma reportagem publicada pelo Ministério da Fazenda em seu site oficial, na qual informa que a Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, por meio da Coordenação-Geral de Fiscalização de Apostas, notificou 22 (vinte e duas) instituições financeiras e de pagamentos por estarem prestando serviços financeiros a sites ilegais de apostas.
3. Nesse sentido, a CPIBETS requisita, no citado expediente, a lista com os nomes das 22 instituições investigadas por prestarem serviços financeiros a sites ilegais de apostas, e a situação atual do processo administrativo aberto para a investigação do fato noticiado.

ANTECEDENTES:

4. A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, no âmbito de sua competência regimental, por meio da Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização, realiza o monitoramento de sites ilegais que estão explorando apostas de quota fixa sem a devida autorização deste Ministério, com o intuito de solicitar o devido bloqueio. A partir deste monitoramento, e em decorrência de um relatório compartilhado pela Associação Nacional de Jogos e Loterias - ANJL com esta Secretaria, foi possível identificar que os serviços financeiros utilizados pelos operadores ilegais estavam sendo prestados por empresas conhecidas como "gateways de pagamento", as quais, por sua vez, contratam serviços financeiros de instituições financeiras e de pagamentos autorizadas pelo Banco Central.
5. Foram identificados, neste processo de monitoramento, que foi iniciado ainda em 2024, 2.475 sites ilegais, que utilizavam 61 (sessenta e um) gateways que prestavam serviços de intermediação com estes domínios, e 22 (vinte e duas) instituições financeiras e de pagamento autorizadas pelo Banco Central do Brasil que, efetivamente, prestavam os serviços financeiros. A relação completa consta da Planilha Instituições Financeiras e de Pagamento (49370002).
6. Tendo finalizado esta etapa do processo de monitoramento, a Coordenação-Geral de Fiscalização de Apostas solicitou o bloqueio imediato dos domínios ilegais à Agência Nacional de

Telecomunicações - Anatel, e procedeu com a notificação às 22 (vinte e duas) instituições financeiras e de pagamento no dia 21 de fevereiro de 2025, dando conhecimento do resultado das atividades de monitoramento e fiscalização e solicitando providências cabíveis em relação aos fatos narrados.

7. Adicionalmente, foi dado conhecimento dos fatos narrados à Diretoria de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, no dia 07 de março de 2025, e à Secretaria-Executiva do Banco Central do Brasil, no dia 13 de março de 2025, para que, no âmbito de suas competências, possam julgar se existem medidas a serem tomadas face à temática.

8. Por fim, esta unidade técnica continua realizando o monitoramento dos sites ilegais e buscando identificar as instituições financeiras e de pagamento que permanecem prestando serviços financeiros aos operadores ilegais.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, sugiro o encaminhamento da presente Nota Informativa, juntamente com a Planilha Instituições Financeiras e de Pagamento (49370002), ao Gabinete do Secretário de Prêmios e Apostas, como resposta ao Requerimento nº 393/2025 - CPIBETS.

Documento assinado eletronicamente

RENATO PEREZ PUCCI

Coordenador-Geral de Fiscalização de Apostas

De acordo. Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário de Prêmios e Apostas.

Documento assinado eletronicamente

FABIO AUGUSTO MACORIN

Subsecretário de Monitoramento e Fiscalização



Documento assinado eletronicamente por **Renato Perez Pucci, Coordenador(a)-Geral**, em 19/03/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Augusto Macorin, Subsecretário(a)**, em 19/03/2025, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **49362053** e o código CRC **44A2C526**.